

Brasil e Estados Unidos nas páginas da *Revista Brasileira de Política Internacional* (1958 - 1992)

Tereza Maria Spyer Dulci¹

Este trabalho procura analisar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos que aparecem nas páginas da *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*, periódico fundado em 1958 no Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). Para tal, trataremos nessa comunicação do campo constituído pela história dos intelectuais e da escolha das revistas como fontes importantes para observarmos o movimento dos intelectuais e sua estreita relação com o Estado. Em seguida, pautaremos as edições temáticas do periódico, que destacaram as relações entre Brasil e os Estados Unidos nos anos de 1958 e 1992 (momento em que a revista é transferida do Rio de Janeiro para Brasília e passa aos cuidados da UnB –caracterizando-se como um periódico acadêmico).

A História dos Intelectuais e as Revistas:

A história dos intelectuais faz parte de um campo que se situou no cruzamento entre a história política, a história das idéias políticas e da história cultural. Para este trabalho nos valem das visões sobre os intelectuais elaboradas por Antonio Gramsci, Jean-François Sirinelli e Raymond Williams.

Antonio Gramsci afirma que cada grupo social em desenvolvimento possibilita o surgimento de novos intelectuais, divididos em duas categorias distintas: o “intelectual tradicional”, que se conserva relativamente autônomo e independente e o “intelectual orgânico”, que em sintonia com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, procura dar coesão e consciência a essa classe, nos planos político e social (GRAMSCI, 1981:12).

Com estas duas categorias Gramsci rompe com o lugar comum que entendia os intelectuais como um grupo em si mesmo. Os “intelectuais orgânicos” têm projetos

¹ Doutoranda em História Social – Universidade de São Paulo (USP); bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Pesquisa em desenvolvimento: “Discursos de política externa e projetos de integração da América Latina na *Revista Brasileira de Política Internacional* (1958-1992)”, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Ligia Coelho Prado.

específicos de sociedade e uma idéia determinada de Estado, pois são especialistas que buscam assegurar sua hegemonia e o domínio estatal da classe que representam.

Acreditamos que os intelectuais colaboradores da *RBPI* se enquadram na categoria *gramsciana* de “intelectuais orgânicos”, uma vez que existe uma forte relação entre estes intelectuais e o Estado, pois os intelectuais vinculados a esta revista agiam na sociedade política de seu país para garantir a manutenção do poder do seu grupo social.

Sirinelli adota outras noções para a análise dos intelectuais que ajudam a desenvolver as idéias de Gramsci mencionadas acima, os conceitos de “itinerário”, “geração” e “sociabilidade”, que são úteis também para compreendermos as relações entre os intelectuais e o poder. O historiador francês afirma que existem “estruturas elementares de sociabilidade dos intelectuais” e que estas geram engajamentos na política legitimados pelas sociedades em que vivem – estes engajamentos se dão em função do reconhecimento da especialidade e da autoridade dos intelectuais (SIRINELLI, 1996).

Já Raymond Williams (WILLIAMS, 1992), ao refletir sobre o papel do intelectual, elaborou igualmente considerações que são muito importantes para a argumentação que aqui desenvolvemos. Para Williams, as instituições culturais nas sociedades capitalistas conformaram um campo importante para o estudo dos intelectuais, uma vez que se tornaram departamentos do Estado ao controlar os modernos meios de comunicação de massas. Ao abrangerem intelectuais e funcionários estatais, as condições dessas instituições e de seus produtores variavam já que podiam subordinar a política do Estado ou eram subordinadas à política de Estado.

Os três autores mencionados acima destacaram as revistas como fontes potenciais para o estudo dos intelectuais. Para Gramsci, funcionam ao mesmo tempo como redação e como “círculo de cultura” que cria condições para o surgimento de um “grupo homogêneo de intelectuais” (GRAMSCI, 1981:12). Williams acredita que as revistas são um espaço privilegiado para a intervenção pública dos intelectuais, que se posicionam diante dos principais debates estéticos e ideológicos de sua época. Por último, para Sirinelli as revistas:

(...) As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. (...) Em suma, uma revista é

antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo um viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão (SIRINELLI, 1996: 249).

A Revista Brasileira de Política Internacional:

A *RBPI*, como já mencionado, foi fundada no Rio de Janeiro em 1958 pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), órgão relacionado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e se tornou ao longo do tempo a mais antiga publicação especializada em relações internacionais em circulação no país.

O IBRI foi criado na década de 1950, no contexto problemático dos últimos meses do governo Vargas (1954) e buscava o aprofundamento das questões diplomáticas apoiado no debate que ocorria em âmbito nacional em torno do desenvolvimento e das formas de inserção internacional do Brasil, fazendo com que a discussão passasse do espaço da política interna para a externa. Segundo Paulo Roberto de Almeida: “(...) o IBRI foi definido como uma sociedade civil com finalidades culturais, com o objetivo de ‘realizar, promover e incentivar estudos sobre problemas internacionais, especialmente os de interesse para o Brasil’” (ALMEIDA, 2004).²

Foram fundadores do IBRI nomes de grande relevância no cenário nacional da época como: Hélio Jaguaribe, San Tiago Dantas, Cleantho de Paiva Leite, Hermes Lima, Austregésilo de Athayde, Ewaldo Correa Lima, Afonso Arinos de Melo Franco, Assis Chateaubriand, Cyro de Freitas Valle, Gustavo Capanema, Haroldo Valadão e Josué de Castro. Posteriormente, colaboraram também com a revista nomes como: Celso Lafer, Félix Peña; Gilberto Freyre; José Honório Rodrigues; Octávio Ianni; Oswaldo Aranha; Rubens Ricupero e Teixeira Soares.

O IBRI era gerido por um Conselho Curador e orientado por um Conselho Consultivo, com membros: “eleitos pela Assembléia Geral, dentre personalidades de grande expressão nos meios diplomáticos, artísticos, econômicos e profissionais”, que teria por função: “orientar, mediante solicitação do Conselho Curador, as atividades do IBRI”, bem como realizar: “programa de publicações” que se transformou na principal atividade do Instituto, consolidada na veiculação da *RBPI* (Estatuto do IBRI, 2008).

² Ainda segundo Paulo Roberto de Almeida: “O IBRI, por meio de seus membros, contribuiu de modo insofismável para a elevação dos padrões de análise, diagnóstico e formulação de políticas alternativas na frente externa.”

Assim, o principal interesse do IBRI era estimular o conhecimento no tocante às relações internacionais e divulgar o desenvolvimento de pensamento nacional no campo da política externa, o que o fez lançar em 1958 a *RBPI*, seguindo seu plano de trabalho que incluía um “programa de publicações” especializadas em política externa. Seu objetivo, como afirma o primeiro número lançado em março daquele ano era: “(...) promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente os que interessam à política exterior do Brasil” (*Revista Brasileira de Política Internacional*, 1958).

Durante o período do IBRI/*RBPI* no Rio de Janeiro (entre 1958 e 1992), temos 4 Diretores Executivos do IBRI que eram ao mesmo tempo Diretores da *RBPI*³: Oswaldo Trigueiro (1958/1961 – jurista, membro do Superior Tribunal Federal e procurador-geral da República), Henrique Valle (1961/1964 – diplomata de carreira membro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL), José Honório Rodrigues (1964/1967 – importante historiador ligado ao Ministério das Relações Exteriores) e Cleantho de Paiva Leite (1967/1992 – funcionário do Departamento Administrativo do Serviço Público, assessor da Presidência da República no período Vargas, representante do Brasil no Fundo das Nações Unidas para a Infância, diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e representante do Brasil nas reuniões da CEPAL.

Porém, os Diretores Executivos/Diretores que de fato marcaram a revista com linhas editoriais e ações próprias foram apenas os dois últimos. Além disso, é importante frisar que a relação entre os 4 Diretores não se deu apenas no âmbito do IBRI/*RBPI*. Eles também frequentaram o Itamaraty (sendo que apenas Valle era diplomata), a Organização das Nações Unidas (ONU), a CEPAL, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Organização dos Estados Americanos (OEA), etc.

A constituição de um grupo de pessoas em torno IBRI, cujo objetivo era refletir sobre os principais temas ligados às relações internacionais do período advém, principalmente, de um adensamento das questões relativas à política externa do Brasil, que em contato posterior com outras instituições, como por exemplo, o pensamento

³ Sobre os Diretores IBRI/*RBPI* ver: LIMA, Valentina da Rocha (Coordenação); ROCHA, Dora [et al]. *GETÚLIO: uma história oral*. Rio de Janeiro: Record, 1986; e ABREU, Alzira A. & BELOCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

cepalino e os teóricos da dependência, irradiaram suas teorias e doutrinas para outros países, principalmente para as nações latino-americanas, centrando-se no tema das possibilidades de integração entre esses países.

A *RBPI* tratava especialmente da realidade política, econômica e social do Brasil e da América Latina. A publicação costumava ser pautada, principalmente, por temas relacionados aos eventos e processos que mais chamavam a atenção da elite intelectual brasileira que se dedicava a pensar os acontecimentos mais recentes da política externa do Brasil, pois além de conter artigos com análises conjunturais, “(...) a *RBPI* compilava e publicava os textos e declarações oficiais produzidos pela burocracia diplomática, bem como os resultados das mais importantes reuniões internacionais de que o Brasil tivesse tomado parte” (ALMEIDA, *Ibide*).

Para Antônio Jorge Ramalho da Rocha: “(...) desde seu primeiro volume a revista [*RBPI*] discute a possível criação de um mercado latino-americano. Tais discussões foram colocadas em termos políticos, econômicos e sociais, quer por eminentes intelectuais e diplomatas brasileiros, quer por seus colegas estrangeiros, em especial os latino-americanos.” (ROCHA, 1998:125).

Desse modo, percebemos em nossos estudos que a revista tratou basicamente dos seguintes temas: Desenvolvimento e Integração Nacional, Defesa dos Interesses Nacionais Brasileiros, América Latina e América do Sul, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina (com destaque para o Brasil) e História Diplomática. Ademais, no periódico tiveram destaque as diferentes doutrinas e premissas teóricas acerca dos projetos de integração dos países do continente americano e das nações latino-americanas, formuladas principalmente por acadêmicos, diplomatas e militares brasileiros.

Relação entre intelectuais e o Estado:

Para compreendermos melhor a relação entre os intelectuais e o poder, partindo do estudo de nosso objeto, torna-se necessário indagarmos que tipo de relação tinham o IBRI/*RBPI* com o Estado brasileiro. Além disso, interessa-nos comparar a *RBPI* a um outro periódico que lhe serviu de exemplo e se mantém desde a década de 1920 como uma das revistas mais importantes sobre política externa no mundo: a *Foreign Affairs* (*FA*) do Council on Foreign Relations (FCR).

No caso norte-americano é muito comum a leitura de que o *CFR* é um clássico exemplo de “*think tank*”, que são instituições de pesquisa: (...) que funcionam como laboratório de idéias, reunindo intelectuais, professores universitários de áreas variadas, ex-integrantes de diferentes administrações para discussões de questões diversas, com o objetivo de subsidiar o processo de decisão governamental” (AZEVEDO, 2009:190).

Para Azevedo, os grupos envolvidos na produção da *FA*, buscavam tornar a gestão pública mais eficiente, apesar de oficialmente não estarem ligados a um dos dois partidos políticos norte-americanos (democratas e republicanos).⁴ A questão central do *CFR* era subordinar, o máximo possível, o Estado pois, este foi um movimento da iniciativa privada para alcançar as esferas públicas, já que a visão corrente no período de constituição do *CFR* era de que a gestão pública costumava ser ineficiente e para que alcançasse avanços era necessário incorporar técnicos selecionados nas principais instituições de ensino (*Ivy League*) dos EUA.

Já no caso da *IBRI/RBPI* poder-se-ia fazer uma leitura de que o *IBRI* seria uma espécie de “*think tank*” brasileiro. Embora os fundadores e principais colaboradores do Instituto e da revista estivessem intimamente ligados ao Estado, não é possível afirmar que o *IBRI* subsidiava o processo de decisão governamental. Ao contrário do *CFR* dos EUA, uma instituição de caráter exclusivamente privado, o *IBRI* representava uma parceria entre o setor público e privado. A *RBPI*, inclusive, baseava-se financeiramente nas assinaturas das instituições públicas (em especial o Itamaraty).

No Brasil, já no governo de Getúlio Vargas (especialmente o segundo) vemos uma forte aproximação entre os intelectuais e o Estado, pois Vargas demandou um ajustamento dos quadros do governo para gerir seu processo modernizador – principalmente através da criação de diversos órgãos governamentais e da instituição dos concursos públicos com o intuito de gerar um corpo técnico para as agências estatais.

O contexto de criação do *IBRI* pode ser vinculado a outros dois institutos fundados também na década de 1950: o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM – criado em 1952) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB – criado em 1956), pois estes três institutos refletiam o pensamento

⁴ Sobre a relação entre a *Foreign Affairs* e o poder é interessante observar que ao todo onze diferentes Secretários de Estado dos EUA escreveram ensaios na revista. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/about-us>. Acessado em: 10/12/2009.

modernizador do período e seus principais objetivos seguiam os ideais transformadores que tomavam conta do país na década de 1950, época em que se intensificou o pensamento nacional-desenvolvimentista, que buscava a superação do subdesenvolvimento através da industrialização do Brasil e uma posição mais autônoma no plano internacional, o que era uma aspiração não só da burguesia industrial, mas também dos grupos técnicos e administrativos da *intelligentsia* brasileira.⁵

Para exemplificar o que foi dito acima, é válida a lista a seguir que relaciona alguns membros destes institutos com suas respectivas funções públicas. Membros do IBAM: Luis Simões Lopes (fundador do DASP), Saturnino de Brito Filho (presidente da Associação Brasileira de Engenharia), Rômulo de Almeida (ex-membro do Departamento Econômico da CNI e membro da Assessoria Econômica da Presidência da República), Adroaldo Junqueira Alves (vice-presidente do Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica) e Rafael da Silva Xavier (membro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Membros do IBRI: Vicente Ráo e Afonso Arinos de Melo Franco (ambos ministros de Relações Exteriores), Álvaro Teixeira Soares, José Jobim, José Sette Câmara Filho e Jaime Sloan Chermont (todos diplomatas de carreira). Membros do ISEB: Anísio Teixeira (Deputado Federal e Secretário-Geral da Capes), Roberto Campos (presidente do BNDE) e Roland Corbisier (Secretário de Assistência Técnica de Educação e Cultura do MEC).

Assim, embora *FA* apresente algumas semelhanças com relação a *RBPI*, é importante frisar que existe uma grande diferença entre os dois periódicos, que consiste na diferença entre os conceitos de “*police analyses*” x “*police making*”. A *RBPI* parece não ter tido a mesma força de intervenção na política interna e externa do Brasil como tinha a *FA* no contexto norte-americano. Ademais, desde seu nascimento, a revista brasileira tinha por objetivo tratar de temas centrais comuns aos países da América Latina, diferente do tema principal do periódico estadunidense que pensava o lugar dos EUA no contexto internacional e a disputa com as demais potências do período.

⁵ Sobre o IBAM, IBRI e ISEB ver: ABREU, A. A. & BELOCH, I., *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Financeiramente, o maior vínculo formal instituído pelo IBAM e pelo ISEB foi com o Ministério da Educação, enquanto que o IBRI tinha apenas o apoio do Itamaraty.

As relações Brasil Estados Unidos:

Em nossa pesquisa de doutorado estudamos a *RBPI* de 1958 até 1992: 35 volumes, 140 números e 75 exemplares. Ao analisar os sumários e ler os artigos, os discursos e os documentos dos volumes relacionados, selecionamos os números temáticos da revista para apresentar neste texto pois eles contêm ricas informações sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

As edições temáticas foram inauguradas por José Honório Rodrigues quando este foi Diretor do IBRI/*RBPI* (seguido por Cleantho de Paiva Leite também durante sua gestão como Diretor do IBRI/*RBPI*). A publicação costumava ser pautada, principalmente, por temas relacionados aos eventos e processos que mais chamavam a atenção da elite intelectual brasileira do período. Desse modo, os números temáticos/especiais são muito relevantes para se compreender o destaque de determinados questões, não só na *RBPI*, mas principalmente entre a *intelligentsia* brasileira da época estudada.

Os números temáticos trataram de 11 assuntos diferentes entre 1958 e 1992: “as concessionárias estrangeiras” (*RBPI*, 1965: 8); os “acordos de garantias de investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos” (*RBPI*, 1966: 8); a “política nuclear” (*RBPI*, 1967: 10); a “Amazônia” (*RBPI*, 1968: 11); a “II e III UNCTAD” (*RBPI*, 1968: 11 e 1972:15); a “Bacia do Prata” e os “direitos do Mar” (*RBPI*, 1969: 12); “o comércio de produtos de base” (*RBPI*, 1970: 13); “os temas militares” (*RBPI*, 1971: 24); “a crise energética mundial” (*RBPI*, 1979: 22) e a relação entre “Brasil-Argentina” (*RBPI*, 1981: 24).

O especial sobre as “concessionárias estrangeiras” tratou principalmente do problema da compra das concessionárias estrangeiras de serviços públicos. A questão central era se o Estado poderia encampar⁶ propriedades, desde que a compensação fosse razoável. No primeiro volume da compra das concessionárias encontramos transcritos os documentos oficiais sobre o assunto e no segundo volume encontramos o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. É importante ressaltar que esta questão estava quase que exclusivamente relacionada às empresas dos EUA e nela percebemos os

⁶ Processo em que determinado governo toma posse de uma empresa após acordo em que se ajusta uma indenização ao concessionário.

debates entre as empresas nacionais (apoiadas pelo governo brasileiro) e as empresas norte-americanas (apoiadas pelos representantes do Departamento de Estado dos EUA).

O especial apresentou duas posições antagônicas com relação ao assunto: de um lado as chamadas “forças anti-nacionais”, que lutavam contra a idéia da encampação em nome da necessidade de evitar atritos com as empresas ou com o governo dos EUA e, as denominadas “forças nacionalistas” que se opunham ao controle dos serviços públicos por companhias estrangeiras, especialmente norte-americanas de energia elétrica: *American Foreign Power Co.*, *Empresas Elétricas*, *Brazilian Traction*, *Rio-Light*, *São Paulo-Light*, *Companhia Telefônica Brasileira* e *International Telegraph and Telephone Co.* (RBPI, 1965: 8: 166).⁷

Vê-se pelos textos publicados na revista que a solução do governo norte-americano para não “perder” suas empresas foi forçar o governo brasileiro a comprar em bloco as concessionárias estrangeiras. Apesar das restrições feitas pelas correntes nacionalistas à idéia de comprar em bloco em vez de encampar, este foi o caminho seguido pelo Brasil. Dessa forma, vemos neste assunto das concessionárias estrangeiras claramente o tema da defesa dos interesses nacionais.

No volume que tratou dos “acordos entre o Brasil e os Estados Unidos”, também temos a questão da defesa dos interesses nacionais. Neste número, a *RBPI* apresentou uma relação de documentos sobre “um dos acordos mais controvertidos da história das relações internacionais do Brasil” que se referia ao capital privado estrangeiro, em especial o norte-americano (RBPI, 1966: 8: 4).

A revista publicou as posições oficiais e discordantes a respeito do tema (outra vez apareceram as chamadas “forças anti-nacionalistas” e “forças nacionalistas”), divulgou o texto do Acordo sobre garantias de investimentos entre os Estados Unidos e o Brasil, assinado em Washington em 6 de fevereiro de 1965, os pareceres das comissões da Câmara dos Deputados que se pronunciaram a respeito do Acordo e os discursos dos Deputados que tiveram ativa participação nos debates em plenário. Além disso, foram analisadas as questões jurídicas entre os dois países e o impacto dos

⁷ As encampações que mais se destacam neste volume da *RBPI* estão relacionadas à Companhia Telefônica Nacional, que acontece em março de 1962, subsidiária da *International Telephone Corporation*, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e à encampação pelo governo federal das empresas subsidiárias do grupo *Bond & Skare* (parte da *American Foreign Power* – poderoso complexo de energia) no ano de 1963, que se apresentava no Brasil sob o título de *Empresas Elétricas Brasileiras*.

investimentos estrangeiros (majoritariamente norte-americanos) sobre a economia nacional (RBPI, 1966: 8: 6).

O volume da *RBPI* sobre a “política nuclear” analisou a política brasileira de energia atômica (tema caro aos militares brasileiros durante a Ditadura). Vemos nos textos destacados dessa edição que o Brasil reiterou o direito ao uso nuclear pacífico, com a justificativa de obediência “à tradição de defesa da soberania”, reafirmando “o nacionalismo” e assegurando o “futuro do País”, mesmo sendo os EUA contrários a esta posição brasileira. Além disso, tratou-se da rejeição do acordo atômico entre os Estados Unidos e a União Soviética (RBPI, 1967: 10: 4).

Este volume não discorreu apenas sobre a defesa dos interesses nacionais, pois colocou a questão do desenvolvimento nacional (a partir das questões energéticas) na pauta do dia. É interessante perceber também, que este número da *RBPI* se apegou a uma posição anti-EUA, embora o governo brasileiro do período militar fosse favorável aos EUA em grande parte dos assuntos internacionais. Assim, os textos sobre a política nuclear afirmaram que o Brasil não deveria abandonar – independente das pressões externas – as perspectivas que a energia nuclear própria oferecia. Segundo José Honório Rodrigues, na “Nota Liminar” a este volume:

A política de energia atômica própria que o Brasil defende pode vir a ser o fator decisivo nos próximos séculos, e o nosso futuro pode ficar comprometido, caso não mantivermos a unidade destes três elementos fundamentais: a soberania, a energia atômica e o desenvolvimento. Não é com permissões ou exclusões internacionais que uma Nação constrói o seu futuro. Creio que este volume pode servir nas Universidades, no Congresso, na Imprensa, nas Forças Armadas como uma fonte segura de informação fidedigna sobre a política brasileira de energia atômica (RBPI, 1967: 10: 4).

Continuando a série de números especiais sobre problemas de atualidade da política internacional, o número dedicado à “Amazônia” abordou os interesses despertados na década de 1960 por essa região sul-americana, tangenciando temas caros à defesa da segurança nacional e a integração brasileira.

Primeiro tratou-se do chamado “problema da Amazônia”, gerado pelas independências da Guiana e do Suriname (que tinham projetos de integração nas suas “regiões amazônicas” limítrofes). Em seguida, discorreu-se sobre a política promovida pelo governo brasileiro para promover a ocupação física e demográfica das zonas despovoadas do Amazonas e, por último, dos aspectos internacionais relacionados à

Bacia Amazônica (RBPI, 1968: 11: 6).

Além disso, este número da *RBPI* publicou 2 temas específicos que foram objeto de controvérsias com relação aos relatórios do Instituto Hudson (norte-americano): a proposta de inundação de grandes áreas da Amazônia e a compra de grandes áreas de terras por estrangeiros em Goiás, na Bahia e no Maranhão. Foram publicadas na revista a tradução dos relatórios do Instituto Hudson e as conferências a favor e contra as propostas do Instituto e o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Brasil sobre a compra de terras por estrangeiros (em especial as empresas dos EUA).

Somam-se às questões da defesa da segurança nacional e da integração brasileira, a questão da superação do subdesenvolvimento no sul do continente Americano – com às edições especiais sobre os “direitos do mar” e a “Bacia do Prata” (RBPI, 1969:12).

O tema central destes volumes era a integração econômica como um dos instrumentos mais eficazes contra o subdesenvolvimento e o equilíbrio do continente americano. Este número especial dedicou-se à realização concreta da proposta de integração do Cone-Sul a partir da visualização da integração física da Bacia ao Prata, base de sustentação para o incremento do fluxo de bens e serviços, especialmente depois do estabelecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960 e da criação do Instituto de Integração da América Latina (INTAL), no ano de 1964.

Assim, foram divulgados nestes volumes, alguns documentos inéditos e trabalhos de especialistas sobre integração da Bacia do Prata, objeto de negociação entre os países da região desde a Conferência de Montevideú, no ano de 1941. Ademais, o texto trata dos grupos econômicos, da associação entre os países da região e da necessidade de maior equilíbrio entre os países americanos.

As duas edições dedicadas aos “produtos de base” na *RBPI*, trataram essencialmente da produção e do comércio dos produtos de base que representavam uma parte importante da economia dos países menos desenvolvidos no final da década de 1960. Esses eram dilemas e “preocupações constantes dos países do Terceiro Mundo” conforme afirma a própria *RBPI*, pois “cerca de 90% das receitas em divisas desses países” resultavam desses produtos e “metade desses países” retiravam “cerca de

50% de suas receitas cambiais de um único produto” (RBPI, 1970:13:5).

Estas edições da *RBPI* também analisaram especificamente o caso do Brasil. Apesar do país ter se industrializado nas décadas anteriores, os produtos de base ainda representavam cerca de 80% das receitas de exportação. Desse modo, estas duas edições, assim como os números recém mencionados, tratavam do problema do desenvolvimento econômico, da defesa dos interesses nacionais, de questões comuns relacionadas ao subdesenvolvimento dos países latino-americanos e das diferenças entre as nações da América Latina e os EUA.

O número da *RBPI* dedicado às Forças Armadas, versou sobre os “temas militares” relacionados à política externa brasileira, principalmente no que diz respeito aos conceitos de: estratégia, segurança nacional, segurança coletiva, desarmamento e defesa nacional.

Na “Nota Liminar” desta edição podemos perceber a imbricada relação entre o Itamaraty (na figura do IBRI) e as Forças Armadas brasileiras: “Esperamos que o número especial tenha a mesma recepção dos números anteriores, especialmente entre os leitores da Revista, em número crescente, que pertencem às Forças Armadas” (RBPI, 1971:24:6).

Este número também divulgou o importante artigo do professor norte-americano Professor John J. Johnson (preparado para o Senado dos EUA) sobre o problema da Força Interamericana de Paz. Além disso, foi também publicado o trabalho do Embaixador Miguel Osório de Almeida, apresentado em Genebra sobre o problema do “Desenvolvimento Econômico e a Preservação do Meio Ambiente”.

A respeito do tema do comércio e do desenvolvimento, a *RBPI* lançou 2 números em 1968 e 1972 sobre a “II UNCTAD” (Nova Déli) e a “III UNCTAD” (Santiago do Chile). Os números 28 e 29 da *RBPI* já destacavam a I UNCTAD (Genebra), que tinha como meta corrigir as distorções do comércio internacional em detrimento dos países em vias de desenvolvimento.

O objetivo dessas duas edições especiais da *RBPI* era avaliar os resultados alcançados por essas Conferências, principalmente a partir da análise da Carta de Argel (que representava os pontos de vista unificados dos países em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina), da II UNCTAD, em oposição especialmente as metas dos países da Europa e dos Estados Unidos. Ademais, foi também publicado o

discurso de encerramento pronunciado pelo Chefe da Delegação Brasileira à II UCTAD, Embaixador A. F. Azeredo Silveira, decepcionado em função dos poucos resultados alcançados pelas nações em desenvolvimento, devido às intransigências das nações desenvolvidas (especialmente dos EUA).

O volume sobre a “crise energética mundial” volta a colocar a questão do desenvolvimento nacional e internacional na pauta do dia. Os EUA são responsabilizados pela crise do petróleo de 1973. Ademais, foi destacada a natureza política dos altíssimos preços do petróleo. No entanto, a novidade desta edição se configurou, de fato, nas propostas de estratégias futuras de obtenção de energia, buscando a longo prazo a mudança da política energética do Brasil – em especial com a perspectiva de Itaipu (RBPI, 1979:22).

Por último, o tema das relações entre “Brasil-Argentina” trouxe uma vasta análise da história das relações internacionais entre os dois países do Cone-Sul. É interessante observar que este volume acabou constituindo uma parte da história diplomática do Brasil e da Argentina, especialmente dos séculos XIX e XX. Esta edição destacou também a relação de conflito e cooperação entre os dois países, principalmente depois da II Guerra Mundial, bem como analisou as nossas bases culturais comuns.

Além disso, tratou dos pressupostos relacionados à integração, tais como: o papel desempenhado pelo Brasil e pela Argentina no mundo e a abrangência da reunião de interesses convergentes entre os dois países, as dificuldades e vantagens da cooperação industrial e as vantagens da cooperação na produção de alimentos e da cooperação tecnológica (RBPI, 1981:24).

Assim, a partir da análise deste 11 números temáticos percebemos que as relações Brasil e Estados Unidos se constituíram em um dos temas centrais da revista, uma vez que havia o interesse em desenvolver a região latino-americana e promover a integração do Cone Sul, além de buscar resistir (com base no argumento da defesa dos interesses nacionais) as investidas estadunidenses.

Referências:

ABREU, Alzira A. & BELOCH, Israel. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

- ALEIXO, José Carlos Brandi. “Fundamentos e linhas gerais da política externa do Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-43, mar. 1989.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Estudo das Relações Internacionais do Brasil*. Brasília: LGE Editora, 2006.
- _____. *Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- _____. “Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: 50 anos de um grande empreendimento intelectual”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: vol.47, nº 2, p.223, Julho/Dezembro, 2004.
- _____. *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: IBRI, 2003.
- AZEVEDO, Cecília. “América Latina em foco: política externa e debates intelectuais nos EUA”. In: *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Organização de Rachel Soihet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. *Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1964-1985*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2006.
- BATH, Sérgio F. G. *O Instituto Rio Branco*. Rio de Janeiro: MRE, 2003.
- _____. *O que é diplomacia*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção Primeiros Passos.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “O ‘Gigante Brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira. A Grande Transação*. São Paulo: SENAC, 2000.
- CASTRO, Flávio M. de Oliveira. *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: UnB, 1983.
- CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: FUNAG, 2001.
- CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1984.
- COSTA E SILVA, Alberto da. (Org.). *O Itamaraty na cultura brasileira*. São Paulo: Francisco Alves, 2002.
- Currículo e Biografia de Cleantho de Paiva Leite*. Folha de São Paulo: 1992.
- DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado, (Mimeo).
- Estatuto do IBAM. *A Origem e a Missão do IBAM*. Rio de Janeiro: 1952.
- Estatuto do IBRI. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org/ibri2/estatuto-do-ibri>. Acessado em: 10/10/2008.

- GARCIA, Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo da Leitura, 1981.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- JAGUARIBE, Hélio. *Iseb: um breve depoimento e uma apreciação crítica*. In: *Cadernos de Opinião*, n.14 out-nov, 1979.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do Rio Grande*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.
- LAFER, Celso. *A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. *Política Externa Brasileira: Três Momentos*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993. Papers n. 4.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- LEITE, César de Paiva. Série Histórica: *Cleantho de Paiva Leite*. Coleção Paraíba: Nomes do Século. Paraíba: A União – Superintendência de Imprensa e Editora, 2000.
- LESSA, Antonio Carlos Moraes. *Dois pólos das relações internacionais: Estados Unidos e Europa*. Brasília: IBRI; Funag, 2002.
- LOHBAUER, Christian. *História das Relações Internacionais II: O século XX: do declínio europeu à Era Global*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo; Unesp, 1998.
- Ministério das Relações Exteriores. *Anuário* (1974, 1968 e 1973).
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *A formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Conflito e integração na América do Sul: Brasil, Argentina e Estados Unidos (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. *De Marti a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- Mundorama. Disponível em: <http://mundorama.net>. Acessado em: 04/06/2009.
- NASCIMENTO, Raphael. *Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964*. Brasília: UnB, 2005. Dissertação de Mestrado (Mimeo).
- PINHEIRO, Letícia de Abreu. *Política Externa Brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

- _____. *O Brasil e a Distante América do Sul*. In: Revista de História, nº 145, 2001, p.127-149.
- _____. “Davi e Golias: as Relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A Grande Transação*. São Paulo: SENAC, 2000.
- Revista de Administração Municipal*, n.173, outubro/dezembro de 1984.
- Revista Brasileira de Política Internacional*. Disponível em: <http://mundorama.net>. Acessado em: 04/06/2009.
- SANTOS, Luis Cláudio Villafañe G. “A América do Sul no discurso diplomático brasileiro”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 185-204, 2005.
- _____. “Americano, Latino-Americano ou Sul-Americano?”. *Cuadernos del CLAEH*. Montevideú, a. 28, n. 90, 2. série, p. 87-107, 2005.
- SARAIVA, José Flávio S. (Org.). *Relações internacionais: dois séculos de história. Brasília*: IBRI/Funag, 2001.
- SARLO, Beatriz. “Intelectuales y revistas: razones de una práctica.” In: *Le discours culturel dans les revues latino-américaines (1940-1970)*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, CRICCAL, 1990, p.9-16.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Biblioteca do Pensamento Brasileiro. Biblioteca do Pensamento Político Republicano*. Câmara de Deputados: Brasília, vol. 6, 1981.
- SILVA, Raul Mendes; BRIGAGÃO, Clóvis (Orgs.). *História das relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: CEBRI, 2001.
- STRENGER, Irineu. *Relações internacionais*. São Paulo: LTr, 1998.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil : a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. *El Pensamiento Latinoamericano*. Barcelona: Editora Ariel, 1976.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.